



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/DILOG/DITEC/PF

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

90018/2024

CONTRATANTE (UASG)

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DA POLÍCIA FEDERAL (200406)

OBJETO

Aquisição de equipamentos para implementação do laboratório de histopatologia, em atendimento às necessidades do Serviço de Perícias em Meio Ambiente da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.312.867,20

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/12/2024 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS

PARCIALMENTE

Sumário

<u>1. DO OBJETO</u>	03
<u>2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO</u>	03
<u>3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u>	05
<u>4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA</u>	06
<u>5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES</u>	06
<u>6. DA FASE DE JULGAMENTO</u>	09
<u>7. DA FASE DE HABILITAÇÃO</u>	10
<u>8. DOS RECURSOS</u>	12
<u>9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES</u>	12
<u>10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO</u>	14
<u>11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</u>	14

EDITAL

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DA POLÍCIA FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2024

(Processo Administrativo nº 08201.001127/2024-77)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Polícia Federal- DITEC/PF, sediada no Setor Policial Sul - Quadra 07 - Lote 23, Brasília/DF, CEP 70.610-200, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de espectrômetro de massa com fonte de plasma indutivamente acoplado com múltiplos coletores (MC-ICP-MS), e de espectrômetro de massa do tipo triploquadrupolo acoplado a sistema de ionização de plasma indutivo (TQ-ICP-MS), visando atender as necessidades da Diretoria Técnico-Científica/INC/PF, no que se refere às dificuldades analíticas encontradas no dia a dia da Perícia Criminal Federal em Geologia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os itens 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 24, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Para o item 08, a participação também será exclusiva às referidas Empresas, tratando-se de cota reservada do item 07, conforme justificativas constantes em item 1.6.2 do Termo de Referência.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado

contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021\[A8\]](#) , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor unitário e total do item.

4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.6.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

4.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **2% (dois por cento)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "aberto e fechado".
- 5.11. Sendo adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.19.2.2. empresas brasileiras;
- 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de desclassificação.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).[A27]

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7. contiver vícios insanáveis;

6.8. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.9. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.10. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.11. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.12. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.12.1. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.12.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.12.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.13. Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executibilidade da proposta.

6.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original e por cópia

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.
- 7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o

subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. **DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/pf/pt-br.

9. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa;
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*:

a) e-mail cpl.sellog.ditec@pf.gov.br, ou

b) por petição dirigida ou protocolada no endereço SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, nos dias úteis, de 09h as 12h e 14h as 18h, Comissão Permanente de Licitação (CPL) – Sala B109.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2024/diretoria-tecnico-cientifica-ditec/pregao-eletronico>.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência (38619430)

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar Digital - ETP e Mapas de Preço (38619430)

11.11.1.2. Apêndice do Anexo I - Mapa de Gerenciamento de Riscos (37341974);

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato 38432554.

Brasília/DF, na data da assinatura eletrônica.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO REIS MONTEIRO NETO, Diretor(a)**, em 02/12/2024, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38688768&crc=831BFDD0.](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38688768&crc=831BFDD0)

Código verificador: **38688768** e Código CRC: **831BFDD0**.

Termo de Referência 78/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
78/2024	200406-DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA /DPF	SERVIO TULIO JACINTO REIS	27/11/2024 16:57 (v 10.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	90091/2023	08201.001127/2024-77

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos para implementação do laboratório de histopatologia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Central de inclusão de parafina: aplicação: histologia, Reservatório principal de parafina com capacidade média de 4 litros. Bico dispensador de parafina com controle de fluxo ajustável. Com 2 reservatórios auxiliares removíveis para pré-aquecimento de até 70 moldes metálicos ou imersão de até 200 cassetes plásticos cada, equipados com tampas deslizantes e intercambiáveis; Superfície de trabalho de grande área para manipulação e inclusão. Ponto de resfriamento integrado. Suporte aquecido para encaixe de até 6 pinças instalado na superfície de trabalho e removível para fácil limpeza. Sistema de iluminação da superfície de trabalho ajustável - cabo flexível. Painel frontal com “display” digital para programação e monitoramento dos parâmetros de inclusão, sendo: Seleção de temperatura individual dos recipientes de aquecimento entre	436357	unidade	1	114.815,60	114.815,60

	<p>30°C e 80°C, em passos de 1°C. Programação dos horários de início e final de trabalho para acionamento automático dos recipientes de aquecimento. Programação dos dias da semana desejados para acionamento automático dos recipientes de aquecimento. Operação opcional liga-desliga em modo manual. Seletor automático de tensão. Unidade compacta de resfriamento para solidificação de blocos de parafina. Temperatura de trabalho de na faixa estabilizada a -6°C ou de -12°C a 0°C em incrementos de 1°C. Alimentação 220V ou bivolt. Deverá vir acompanhado de No Break e manual do usuário</p> <p>ampla concorrência</p>					
2	<p>Corador automático de lâminas: controlado por microprocessador, com braço para suporte e deslocamento do porta-lâminas nos eixos X, Y ou X, Y e Z. Sistema de entrada e saída que possibilitam inserir e retirar porta-lâminas do equipamento sem interrupção do processo de coloração em andamento. Sistema de extração de vapores tóxicos por meio de saída específica com filtro e tampa de acrílico abrangendo toda área dos reagentes. Estações de lavagem com fluxo de água contínuo, automaticamente acionadas via programação, sendo uma delas independente para utilização de água destilada, caso necessário. Painel frontal com “display” de cristal líquido resistente a solventes e comandado por teclado membrana ou “touch-screen”, para edição e monitoramento de programas diferentes. Função inteligente, evitando erros operacionais, com sinal sonoro de aviso. Tempo e modo de agitação do porta-lâminas ajustável via programação. Possui mínimo de 20 Estações para reagentes, sendo que pelo menos 3 podem ser utilizadas como estações de lavagem. Tempo de imersão do porta-lâminas ajustável de 1 seg. a 1 hora (por estação). 5 Porta-lâminas com capacidade de armazenamento de 30 lâminas cada. Mangueira de drenagem de água com 2 m de</p>	433561	unidade	1	376.905,79	376.905,79

	comprimento e conexão de 3/4". Demais acessórios para o perfeito funcionamento do equipamento ampla concorrência					
3	Estufa de secagem Capacidade aproximada de 40 litros. Confeccionada em chapa de aço com tratamento anticorrosivo e pintura externa eletrostática com isolamento térmico. Vedação na porta, com chave liga/desliga, controle de temperatura até 200 °C, fusível de segurança, lâmpada piloto, suporte para termômetro e dispositivo superior para saída do ar quente com prateleiras internas, móveis e removíveis. Alimentação 220V ou bivolt. ampla concorrência	414628	unidade	1	2.607,67	2.607,67
4	Impressora para cassetes histológicos: Tipo de Impressão: Impressão direta em cassetes para inclusão histológica, utilizando tecnologia a laser. Velocidade de Impressão: Impressão mínima de 8 a 10 cassetes por minuto. Resolução de Impressão: Resolução mínima de 300 dpi para garantir legibilidade e durabilidade. Compatibilidade: Compatível com cassetes padrão (aproximadamente, 30 x 25 x 6 mm), com diferentes opções de cor e design. Capacidade de Alimentação: Sistema de carregamento automático com capacidade mínima para 100 cassetes. Tipo de Código de Barras: Impressão de códigos de barras lineares e bidimensionais (QR code, DataMatrix), garantindo rastreabilidade eficiente. Conectividade: Interfaces USB, Ethernet e Wi-Fi, com suporte a integração com o sistema de gestão do laboratório (LIMS). Software: Software de controle compatível com sistemas operacionais Windows e Linux, permitindo a personalização de informações impressas, como códigos de barras, identificações alfanuméricas e logotipos. Durabilidade da Impressão: Impressões resistentes a condições de processamento de tecidos, como fixação em formalina e banhos de parafina. Requisitos Elétricos: Alimentação de 110-240V, 50/60Hz, com mecanismos de	436357	unidade	1	220.737,50	220.737,50

	<p>baixo consumo de energia.</p> <p>Certificação: Equipamento deve ser certificado pela ANVISA e atender às normas de segurança elétrica (IEC 61010) e de emissão eletromagnética (IEC 61326).</p> <p>ampla concorrência</p>					
5	<p>Impressora para lâminas histológicas: Tipo de Impressão: Impressão direta em lâminas de vidro com tecnologia a laser. Velocidade de Impressão: Capacidade mínima de impressão de 8 a 10 lâminas por minuto. Resolução de Impressão: Resolução mínima de 600 dpi para garantir precisão na marcação de texto e códigos de barras. Compatibilidade: Compatível com lâminas padrão de microscopia. Capacidade de Alimentação: Bandeja com capacidade para no mínimo 100 lâminas. Tipo de Código de Barras: Impressão de códigos de barras lineares e bidimensionais (QR code, DataMatrix), com leitura automática e verificação de integridade. Conectividade: Interfaces USB, Ethernet e Wi-Fi para integração com o sistema de gestão do laboratório (LIMS). Software: Software de controle compatível com sistemas operacionais Windows e Linux, com interface amigável e suporte para a personalização de layouts de impressão. Capacidade de Integração: Integração direta com scanners de lâminas e outros equipamentos de patologia digital. Durabilidade da Impressão: Impressões resistentes a produtos químicos, como álcool e xilol, utilizados em procedimentos de histopatologia. Requisitos Elétricos: Alimentação de 110-240V, 50 /60Hz, com consumo de energia eficiente. Certificação: Equipamento deve ser certificado pela ANVISA e possuir conformidade com normas de segurança elétrica (IEC 61010) e de emissão eletromagnética (IEC 61326).</p> <p>ampla concorrência</p>	422657	unidade	1	621.000,00	621.000,00
6	<p>Microscópio biológico trinocular: tubo trinocular com adaptador para câmera de vídeo; Tubos com inclinação de 30° entre a linha de</p>	480704	unidade	1	49.150,33	49.150,33

<p>visão do observador e o plano horizontal e rotação de 360° em torno do eixo vertical; Luz transmitida com sistema ótico de correção infinita; Estativa e todas as engrenagens em metal; Iluminação transmitida de LED para campo claro; Revólver reverso com espaço para quatro objetivas; Conjunto de objetivas planacromáticas: Objetiva 4x/0,10; Objetiva 10x/0,25; Objetiva 40x/0,65 retrátil; Objetiva 100x/1,25 retrátil e imersão a óleo; Par de oculares focalizáveis 10x com campo de visão de 20 mm; Distância interpupilar de 47/48 a 75 mm; Botão para focalizações macrométrica e botão para focalização micrométrica (bilateral); Tratamento antifungo nas oculares, tubos e objetivas; Condensador móvel ABBE 1,25 NA; Ajuste de iluminação segundo Koehler com diafragma íris; Controle de intensidade luminosa incorporado ao microscópio e acoplado à função liga/desliga, que obriga a redução da intensidade antes do desligamento, prolongando a vida útil do LED ou da lâmpada; Platina mecânica com acionamento à direita; Charriot com movimento XY graduado e limitador do movimento Z, evitando quebra de lâminas, ou outro sistema de proteção equivalente; Fonte bivolt automático com adaptador de tomada padrão brasileiro; Opção de futuramente acoplar componentes para contraste de fase, campo escuro e fluorescência; Capa protetora; Frasco de 5 ml de óleo de imersão; Manual em português; Frete incluso; Instalação inclusa; Filtros coloridos azul (luz do dia), verde e amarelo; Garantia de 1 ano; Sistema de captura de imagens em alta resolução para microscopia: Acompanha software profissional de aplicação para microscopia, drivers e cabo para conexão via USB 2.0 (Y-cable), 2 m; Pode ser utilizado diretamente em um monitor através de entrada HDMI, com imagens e vídeos armazenados em cartão SD. Pode ser utilizado diretamente em um computador; Sensor 5 Megapixels ou superior, colorido, CMOS; Tamanho de pixel: 2,2 µm x 2,2 µm; Tamanho do sensor: 5,7 mm x 4,28 mm, equivalente a 1/2,5" (diagonal 7,1 mm); Interfaces: 1 entrada para cartão do tipo SD (para</p>						
--	--	--	--	--	--	--

	cartões SD e SDHC) 1 entrada mini USB 2.0 (incluído cabo de conexão), 1 entrada DVI- D (HDMI), 1 entrada do tipo Ethernet RJ45 100 Mbit; Fonte de energia (alimentação): via 2x USB 2.0 (Y-cable) ou fonte externa (opcional); Botões de controle para captura de imagem e balanço de branco; Sistema operacional suportado: Windows 10. ampla concorrência					
7	Microscópio biológico binocular: Com óptica corrigida ao infinito, de Campo Claro; Revólver porta objetivas giratório para 4 posições, com objetivas plana-cromáticas de alto contraste, com aumentos de 40x a 1000x; Objetiva Planacromática de 4 x / 0,10; Objetiva Planacromática de 10 x / 0,25; objetiva Planacromática de 40 x / 0,65 retrátil; objetiva Planacromática de 100 x / 1,25 retrátil e imersão a óleo; Toda ótica em cristal de alta qualidade. Ajuste macro e micrométricos coaxiais e independentes, sendo pelo menos a micrométrica bilateral; Estativa e todas as engrenagens confeccionadas em metal; Estativa mecânica com comando do charriot à direita; Ajuste graduado para diferentes dioptrias em ambas oculares; Tubo de observação binocular de livre compensação tipo Siedentopf, inclinado a 30º, rotação de 360º no plano horizontal e trava de segurança; Ajuste da distância interpupilar de 47/48 a 75/76mm; Par de ocular focalizáveis CFI 10x, com campo amplo a partir de 18 mm; Sistema de iluminação LED de alta transmissão; Tratamento antifungo nas oculares, tubo e objetivas; Condensador ABBE, com N.A. 0,9/1,25, para campo claro com diafragma de íris; Fonte bivolt automático com adaptador de tomada padrão brasileiro; Sistema de proteção contra danos para as objetivas e lâminas; Frasco de 5 ml de óleo de imersão; Capa protetora; Manual em português; Frete incluso; Instalação inclusa; Garantia 1 ano. ampla concorrência	613104	unidade	4	21.881,33	87.525,32
8		613104	unidade	1	21.881,33	21.881,33

	<p>Microscópio biológico binocular: Com óptica corrigida ao infinito, de Campo Claro; Revólver porta objetivas giratório para 4 posições, com objetivas plana-cromáticas de alto contraste, com aumentos de 40x a 1000x; Objetiva Planacromática de 4 x / 0,10; Objetiva Planacromática de 10 x / 0,25; objetiva Planacromática de 40 x / 0,65 retrátil; objetiva Planacromática de 100 x / 1,25 retrátil e imersão a óleo; Toda ótica em cristal de alta qualidade. Ajuste macro e micrométricos coaxiais e independentes, sendo pelo menos a micrométrica bilateral; Estativa e todas as engrenagens confeccionadas em metal; Estativa mecânica com comando do charriot à direita; Ajuste graduado para diferentes dioptrias em ambas oculares; Tubo de observação binocular de livre compensação tipo Siedentopf, inclinado a 30º, rotação de 360º no plano horizontal e trava de segurança; Ajuste da distância interpupilar de 47/48 a 75/76mm; Par de ocular focalizáveis CFI 10x, com campo amplo a partir de 18 mm; Sistema de iluminação LED de alta transmissão; Tratamento antifungo nas oculares, tubo e objetivas; Condensador ABBE, com N.A. 0,9/1,25, para campo claro com diafragma de íris; Fonte bivolt automático com adaptador de tomada padrão brasileiro; Sistema de proteção contra danos para as objetivas e lâminas; Frasco de 5 ml de óleo de imersão; Capa protetora; Manual em português; Frete incluso; Instalação inclusa; Garantia 1 ano.</p> <p>cota referente aos 25%</p>					
9	<p>Micróto</p> <p>motom</p> <p>rotativo</p> <p>semiautomático: para cortes sequenciais e precisos de materiais incluídos em parafina, para aplicações em histopatologia, com as seguintes características mínimas: sistema de avanço através de micromotor, capaz de executar cortes micrométricos. Mecanismo deslizante sobre guias verticais e horizontais, livre de lubrificação periódica. Deslocamentos horizontal de 28mm ou superior e vertical de 60mm ou superior, permitindo corte</p>	430872	unidade	1	101.584,02	101.584,02

	<p>de materiais de grande área; avanço e retrocesso motorizados do porta-amostras em duas ou mais velocidades livremente selecionáveis: até 600µm/s ou superior. Mecanismo duplo ou superior e independente de segurança para trava do volante. Retração do porta-amostras durante o retorno à posição superior, evitando contato amostra/navalha, mecanismo orientável de alta precisão para fixação e troca rápida do porta-amostra ou porta-cassete, com comandos suaves para deslocamento vertical e horizontal. Espessura de corte: 0,5 micrômetros ou inferior a 100 micrômetros ou superior. Espessura de desbaste: 1 micrômetro ou inferior a 300 micrômetros ou superior. Possuir unidade de controle separada. Modos de operação: manual (método convencional), através da rotação completa do volante, ou através do deslocamento para trás e para frente (movimento pendular) do volante. Pannel frontal integrado para visualização de no mínimo os parâmetros de espessuras de desbaste e corte. Bandeja de apoio instalada na tampa superior. Coletor de detritos instalado em torno da base. Sub-base de alta estabilidade para fixação do suporte de navalha. Suporte para navalhas descartáveis para corte de inclusões em parafina, com inclinação ajustável, equipado com protetores de segurança e mecanismo de deslocamento lateral para aproveitamento total do fio da navalha. Porta-cassete com mecanismo de fixação rápida ao micrótomo, equipado com alavanca lateral para troca do cassete e que permita posicionamento vertical ou horizontal da amostra. Alimentação elétrica 220v ou bivolt automático. Acessórios que devem acompanhar o equipamento: capa protetora, manual de instruções e mínimo de 100 (cem) lâminas descartáveis para cortes histológicos em parafina. Acompanhar todos os acessórios imprescindíveis para o perfeito funcionamento do equipamento.</p> <p>ampla concorrência</p>					
10	<p>Processador de tecidos a vácuo: que permita a realização de processamento de tecidos com alta</p>	475918	unidade	1	382.162,91	382.162,91

	<p>qualidade e segurança, graças a um sistema de gestão de reagentes otimizados e protocolos de processamento validados. Os recursos de segurança e o controle de qualidade de reagentes devem permitir oferecer proteção à amostra. Possuir uma estação de derretimento de parafina, com no mínimo 9 reservatórios de banho (com capacidade mínima de 3,5 litros por banho). Capacidade entre 200 e 300 cassetes por processo. Possuir tela LCD colorida. Possuir sensores de proteção que controlam a temperatura das canecas de parafina individualmente com alarme sonoro contra temperatura irregular da parafina, impossibilitando que seja feita a passagem do último banho de xilol para a parafina, caso a mesma esteja fora da temperatura programada. Programação variável com intervalos de tempo selecionáveis de acordo com a necessidade do operador, na faixa mínima de 0 a 23:59 horas. Memória para armazenamento de nomes de reagente. Alimentação 220V ou bivolt. Deverá vir acompanhado de No Break e manual do usuário em português.</p> <p>ampla concorrência</p>					
11	<p>Autoclave: hospitalar, vertical, câmara simples, capacidade aproximada para 50 litros. Com as seguintes características: câmara em aço inoxidável, com dimensões externas aproximadas (L X C X A): 50 X 62 X 115CM; cesto interno de chapa de aço inoxidável, válvula de segurança com sistema de contrapeso toda de metal, resistências elétricas de níquel-cromo blindadas em tubos de cobre, manipuladores de fechamento da tampa, em plástico isolante do calor, lâmpada indicadora, chave de ligação para 03 temperaturas, manômetro, cabo de ligação para 110 e 220 volts. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e assistência técnica no Brasil. Fornecimento de termo de garantia emitido pelo fabricante do equipamento de acordo com exigências e normas do código de defesa do consumidor. produto novo sem uso anterior. Exigências</p>	478330	unidade	1	8.443,50	8.443,50

	adicionais – o material deve obedecer às normas técnicas da ABNT. Link de referência: https://benfer.com.br/autoclave-vertical-50-litros-analogica-ou-digital-sem-pedal-voltagem-127-ou-220-volts ampla concorrência					
12	<p>Aplicador automático propé:</p> <p>Equipamento desenvolvido para colocar automaticamente propés nos pés dos usuários de forma prática, rápida e higiênica, eliminando o contato manual direto com os propés, garantindo maior assepsia. Capacidade para armazenar no mínimo 100 propés por carga. Funcionamento totalmente automático, acionado ao inserir o pé no aplicador. Deve ser compatível com propés de TNT, plástico ou material similar. Aplicação rápida e segura, com duração média de 1 a 3 segundos por pé.</p> <p>Dimensões aproximadas: Máximo de 60 cm de comprimento, 40 cm de largura e 35 cm de altura. Peso máximo: 10 kg para facilitar a movimentação do equipamento.</p> <p>Fabricado em material resistente, de fácil limpeza e com superfície antimicrobiana. Alimentação elétrica Bivolt (110V/220V), com baixo consumo de energia. Equipamento deve possuir sistema de desligamento automático em caso de obstrução ou falha no processo de aplicação. Deve possuir indicador visual ou sonoro de carga baixa de propés.</p> <p>Requisitos Adicionais:</p> <p>Ergonomia: O equipamento deve ser projetado de maneira que seja fácil para o usuário introduzir o pé, sem necessidade de agachamento ou inclinação desconfortável.</p> <p>Garantia: Mínimo de 12 meses de garantia contra defeitos de fabricação.</p> <p>Manual de instruções: Deve acompanhar manual detalhado de instalação, operação e manutenção em português.</p> <p>Certificações e Normas:</p> <p>O equipamento deve seguir as normas de segurança vigentes e possuir certificação de qualidade do produto emitida por órgão regulador competente.</p>	307135	unidade	1	4.979,78	4.979,78

	<p>Acessórios: Deverá acompanhar um carregamento inicial de propés (mínimo de 100 unidades). Cabo de alimentação compatível com o equipamento. Condições de Entrega: O produto deverá ser entregue devidamente embalado, com todos os acessórios listados, em perfeitas condições de uso e funcionamento.</p> <p>exclusivo para ME/EPP</p>					
13	<p>Banqueta giratória em aço inoxidável: pés fixos, com sistema de regulagem de altura (mínima de 470 mm, máxima de 650 mm) por pistão a gás com acionamento e travamento por alavanca/manual, assento redondo totalmente fechado e lavável, estrutura tubular reforçada, de fácil higienização.</p> <p>exclusivo para ME/EPP</p>	74829	unidade	6	221,00	1.326,00
14	<p>Câmara frigorífica: móvel para congelamento de cadáveres, com capacidade para 06 (seis) cadáveres, com as seguintes características mínimas: deve ser modular, móvel com capacidade para 06 (seis) cadáveres; Deve ter gabinete com revestimento interno e externo em aço inox AISI 304 18-8; Estrutura da base deve ser em aço carbono pintada eletrostaticamente à pó, dotada de rodízios com travas, permitindo fácil movimentação, deve ter pés estabilizadores em alumínio ou outro material não oxidável, com sapatas niveladoras de piso; Deve possuir bandeja tipo maca própria para cadáveres, deve ser em chapa de aço inox AISI 304 - 18.8 bitola 18 USG, dotada de 06 alças, sendo 02 nas cabeceiras e 04 nas laterais, sistema de rodízios deve ser em nylon; Deve possuir dois trilhos guias em cantoneira de aço inoxidável fixos por porta para apoio e deslizamento de cada bandeja tipo maca para cadáver, com capacidade para suportar até 130kg; Deve possuir dreno para limpeza interna e bandeja aparadora; Deve possuir iluminação interna; Deve ser equipada com controlador digital micro processado (termômetro e termostato com degelo automático) na parte superior</p>	445411	unidade	1	210.494,67	210.494,67

	frontal para controle de temperatura; As portas devem ter revestimentos, e fechamento com trincos reforçados, ação combinada. ampla concorrência					
15	Carro maca transporte cadáver: material: aço inoxidável; rodas: 4 rodízios de 8", sendo 2 com freios; equipado com rodas de polimento, pegas para transporte, calhas laterais rebatíveis, com sistema de travagem central; componentes: balde mínimo 5 l; característica adicionais: ajuste de altura por acionamento hidráulico, declive, dreno de escoamento. Descritivo complementar: deve possuir tampa., leito em aço inoxidável, capacidade de 150 kg. Dimensões do leito 1,90 x 0,60 x 0,80 m. Garantia mínima de 12 meses contra defeito de fabricação. Permite-se variação de até 10% nas medidas apresentadas exclusivo para ME/EPP	463247	unidade	2	4.371,51	8.473,03
16	Destilador de água: com coluna de destilação desenvolvida para aplicações rigorosas na área de bioquímica, química analítica, química fina e pesquisas, sistema destilador de água pelo sistema Pilsen. Totalmente construído em aço inox polido. Composto por: Cuba Inox AISI 304 estampado e polido, sem soldas e emendas; Tampa de captura (Cúpula) de vapor e da cuba em vidro; Coluna: Câmaras interna e externa em aço inox AISI 304, polido; Saída de transbordo de nível de água; Caldeira de aquecimento; Tomadas de alimentação; Coluna condensadora; Agulha reguladora de fluxo contínuo de água Saída de água destilada; Entrada de água; Coletor de vapores em aço inox 304; Partes que tem contato com a água já destilada em aço inox 304; Materiais inertes; Nível constante de alimentação da caldeira; Chave para ligar e para desligar manualmente o aquecimento; Suporte para fixação em aço com tratamento anti-corrosivo; Sistema automático de proteção que desliga o aparelho quando o sensor embutido detecta falta de água através de termostato bimetálico; Na falta de água, o	414606	unidade	1	2.211,01	2.211,01

	equipamento evita o escape de vapores; Resistências tubular em aço inox blindada; Potência total de aquecimento: 4000 Watts; Capacidade: 5 litros/hora; Alimentação 220V ou bivolt e manual de instruções em português. exclusivo para ME/EPP					
17	Fechadura biométrica: Digital; características de abertura e identificação: para abertura do lado DIREITO com acesso por biometria para no mínimo 200 impressões digitais e 100 senhas pessoais de 6 a 10 dígitos, cartão de proximidade RFID, aplicativo de celular e por chave manual mecânica. com alarme antibombeamento; com sensor de fechamento automático; controle de acesso através de comunicação por ethernet, TCP/IP, por modulo wi-fi incluso, USB e RS-485; Capacidade para registros de usuários em memória; Durabilidade: deve ser alimentada por 4 pilhas alcalinas AA; maçaneta reversível; com baixo consumo de bateria: deve ter autonomia de 1 ano com 10 acessos diários; deve possuir chave mecânica de emergência; deve ser compatível com portas de madeira e metal com espessura de 30 a 60 mm; Entrada: deve ter comunicação USB somente com Pen drive; com tempo de leitura inferior a dois segundos, com tensão de 6VCC (4 pilhas alcalinas); Requisito: com temperatura de operação: 0 a 45°C; unidade de operação: 10 a 80% autonomia das pilhas: 5000 310x62x0102 (AxLxP)mm; Tempo de leitura +/- 2 segundos; FAR: menor que 0,0001%; FRR: menor que 1%; Garantia mínima de 12 meses e assistência técnica local. exclusivo para ME/EPP	312900	unidade	20	966,25	19.325,07
18	Foco cirúrgico: deverá ser composto por uma cupula com sistema de iluminação na tecnologia led e sistema de focalização fixa. Estrutura dos braços, base, garfos e antebraço deverão ser em aço, com pintura epóxi. Cupula com formato circular, simétrica e fabricada em fibra de vidro anti-chama e gel-coat, com ajuste manual do campo luminoso, este deve ser realizado	482060	unidade	3	66.816,03	200.448,10

	<p>pela manopla de alumínio localizada na lateral da capula, a manopla devera ser removivel e autoclavavel. Cupula com potencia luminosa aproximada de 100.000 lux (+/- 3%); diametro máximo da cupula de 300 mm; com a quantidade minima de 20 (vinte) leds na sua composição. Potencia luminosa total aproximada do equipamento de, no minimo, (lux): 100.000 lux (+/-3%) aferido a 1 (um) metro e distância da cupula ao alvo iluminado. Índice de reprodução de cor (ra): 95 ±5. o foco cirurgico devera possuir sistema luminoso composto por leds brancos. A iluminação gerada pelos led´s deverá ser fixa sem variação da temperatura de cor; a vida útil estimada dos leds devera ser de pelo menos 85.000l. o diametro do campo luminoso minimo oferecido por cada cupula devera ser aproximadamente 105 mm a 220mm (+/-4%). o foco cirurgico devera possuir os seus comandos individuais por cupula, sendo eles: liga/desliga e dimmer, que permita o ajuste da potencia luminosa entre 10% a 100% potencia da total da cupula. os comandos deverao estar localizados na própria estrutura do foco cirurgico. o(s) painel(is) de comando devera(ao) ser em painel de membrana de fácil higienização. Tensão (v): 110 v-220v; frequência (hz): 50hz/</p> <p>ampla concorrência</p>					
19	<p>Leitor de microchip: características: aparelho universal para leitura de microchip, formato anatômico que facilite o manuseio, compatível com microchip ISO 11784 e 11785 FDX-B. Frequência RFID de 134.2 khz, distância de leitura mínima de 8 cm, manual de instalação, configuração e operação, cd, acessórios e todos os itens necessários para operar o equipamento. Suporte técnico em território nacional para os mesmos. Garantia mínima de doze meses</p> <p>exclusivo para ME/EPP</p>	471993	unidade	2	728,80	1.457,80
20	<p>Máquina para lavar roupa: c apacidade: 11 kg; aplicação:</p>	445415	unidade	1	3.230,90	3.230,90

	lavagem e secagem de roupas com água quente e fria; características adicionais: abertura frontal com trava de segurança, voltagem: 110-220 v, material gabinete: aço inoxidável. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e assistência técnica no Brasil. Fornecimento de termo de garantia emitido pelo fabricante do equipamento de acordo com exigências e normas do código de defesa do consumidor. produto novo sem uso anterior. Exigências adicionais – o material deve obedecer às normas técnicas da ABNT. exclusivo para ME/EPP					
21	Mesa auxiliar hospitalar: Mesa Auxiliar Hospitalar Material Estrutura: Estrutura Em Aço Inox Polido , Material Tampo: Tampo Em Aço Inoxidável Polido , Comprimento Tampo: 70 Cm, Largura Tampo: 40 Cm, Altura: 80 Cm, Características Adicionais: Com 4 Rodízios De 2" , 2 Prateleiras exclusivo para ME/EPP	605526	unidade	3	571,67	1.715,00
22	Mocho com encosto - anatômico, com assento e encosto anatômico em espuma injetada de alta densidade, revestimento em corano lavável, base com 5 resistentes rodízios e forte suporte cromado para apoio dos pés, ajuste de altura através de sistema a gás acionado através de alavanca lateral. formato redondo. altura regulável de 45 a 55cm. Cor: bege. exclusivo para ME/EPP	328069	unidade	10	223,36	2.233,60
23	Sistema ultrapurificador de água: Especificações técnicas: equipamento para obtenção de água tipo ii: 10 litros por hora e ultrapura tipo i: 2- 3 lpm (litros por minuto). etapas do sistema: bomba de pressurização de entrada e filtros de carvão sintético ativado com sais de prata e retenção de partículas de 1 micron; osmose reversa, membrana de poliamida com compensação de temperatura para fluxo constante, ponto de serviço de água tipo iii, lâmpada ultravioleta de dupla	608898	unidade	1	141.598,16	141.598,16

	<p>radiação 185 nm e 254 nm com ação germicida e oxidação do carbono orgânico, reservatório interno de 12 litros com variação de até 2 litro, bomba de recirculação, comando manual ou volumétrico equipado com filtro microbiológico em cápsula de saída com membrana com retenção 0, 01 micra, específica para HPLC, LC-MS, UPLC. A água purificada mantida em recirculação permanente. equipado com controle digital microprocessado que monitora continuamente todas as fases de purificação da água, desde a entrada, nível do reservatório, recirculação e o serviço que pode ser por fluxo contínuo ou volume programado. display iluminado para monitoramento contínuo das medidas críticas da água purificada: resistividade, toc, temperatura e nível do reservatório, vazão instantânea, bem como operação normal, manutenção e alarmes. Filtro apirogênico com corte molecular de ** dalton; condutividade 0, 055 microsiemens /cm a 25° c. toc < 50 ppb; resistividade 18, 2 megaohm. cm (mω·cm) a 25° c. com registro da rastreabilidade dos parâmetros: data, hora, resistividade, condutividade, temperatura, data da troca e validade de cada um dos consumíveis, data da última sanitização. processo de sanitização automático. atende as normas: astm - tipo i; nccls ù tipo i; usp - pw e wfi; isso. conjunto de filtros extras. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. fornecimento de termo de garantia emitido pelo fabricante do equipamento de acordo com exigências e normas do código de defesa do consumidor. produto novo sem uso anterior. Exigências adicionais – o material deve obedecer às normas técnicas da ABNT.</p> <p>ampla concorrência</p>					
24	<p>Televisor 75": televisao, smart tv a cores, uhd 4 k, hdr premium, tela led, de 75 polegadas, com resolução de 3840 x 2160 pixels; taxa de atualização mínima de 60 hz, processador quad-core, widescreen 16:9, com conversor digital e wifi integrados, dolby digital plus, dts codec, entrada para rede (rj45),</p>	439607	unidade	2	4.733,73	4.733,73

	<p>conexões de entrada/saída mínimas: 3 hdmi, 2 usb, rj45, com recepção para hdtv, sistema de cores pal-m, pal-n, ntsc, controle remoto incluso, voltagem bivolt (ac 100-240v, 50 /60hz), consumo aproximado de 260 w, medindo aproximadamente 1690 x 970 x 65 mm, pesando no máximo 53 kg, com garantia mínima de 12 meses, manual em português.</p> <p>exclusivo para ME/EPP</p>					
25	<p>Scanner de Lâminas Histológica - Capacidade: Mínimo de 5 lâminas simultâneas, Resolução da Digitalização: No mínimo 5 MP por câmera, Ferramenta de seleção de resolução baixa, alta e ultra resolução, Câmeras: Mínimo de 2 câmeras com foco automático em tempo real, Iluminação: Sistema de iluminação LED de 10W para campo claro, Objetivas: Mínimo de 3 objetivas planapocromáticas ou apocromáticas, incluindo 20x, 40x e 100x, Ampliação: Mínimo de 40x, Zoom: Óptico e digital sem costuras, Empilhamento Z: Suporte para empilhamento Z. - Com software nativo de operação, captura e visualização das imagens escaneadas ou fotografadas, Visualização em Tempo Real: Permite visualização geral e verificação instantânea das lâminas em tempo real, Permissão de conexão de um ou mais usuários para discussão de casos diagnósticos em grupo em tempo real e não apenas com imagens escaneadas, Digitalização Completa ou Parcial: Capacidade de digitalizar lâminas completas ou parciais, Resolução mínima de digitalização com lente de 20x: 0,5 – 0,8 NA: 0,55 µm/px (para amostra de 15x15mm), Formatos de Imagem: Suporte para TIFF e JPEG, Compartilhamento: Suporte para compartilhamento interno (dentro da instituição) e externo (entre instituições) de imagens e dados, Tele patologia: Ferramentas para tele microscopia que permitam consultas e diagnósticos a distância, Anotações e Medições: Ferramentas para anotações na imagem, medições de áreas e contagem manual diferenciada por cores, com eixos X e Y automatizados, Leitura de Código de Barras: Estágio XY</p>	468576	unidade	1	744.394,53	744.394,53

<p>automatizado para leitura de códigos de barras em lâminas de no mínimo 25x75 mm. - Manual de Instruções: Instruções detalhadas em português para operação do equipamento e software, Treinamento: Treinamento de usuários pelo fabricante ou representante certificado, Garantia: Mínimo de 5 anos de garantia "on site", com assistência técnica em Brasília, Calibração: Slide de calibração com no mínimo 4 pontos. - Conexão USB: Mínimo de USB 2.0, Conexão de Energia: Cabo de alimentação com padrão de 3 pinos, Alimentação: Compatível com 110V e 220V (bivolt automático, Frequência: 50-60Hz.</p> <p>Suporte e Atualizações: Fornecedor deve oferecer suporte técnico contínuo e atualizações de software por no mínimo 2 anos após a aquisição</p>					
---	--	--	--	--	--

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) da data do envio do empenho ou conforme definido no termo do contrato, se for o cas, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. As contratações firmadas com microempresas e empresas de pequena porte e aquelas consideradas de baixo valor poderão ser formalizadas mediante simples remessa da(s) nota(s) de empenho, porém as licitantes vencedoras desses itens e contratadas sem a formalização do instrumento contratual estarão sujeitas a todas as disposições contidas na minuta de contrato, anexo do Edital.

1.6.1. A licitação será exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) apenas para os itens 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 24, conforme disposições constantes no Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006. Considerando a promoção do desenvolvimento sustentável de MEs e EPPs, a mesma lei também estabeleceu a reserva de cota de até 25% para esses tipos de empresas em itens com valores superiores a R\$ 80.000,00 anuais e de natureza divisível. Essa cota é aplicada individualmente, avaliando-se a divisibilidade e a natureza de cada item, estando sujeita às exceções previstas no art. 10, incisos I, II e IV do Decreto nº 8.538/2015, quando houver justificativa para dispensa de reserva. Dessa forma, a presente licitação equilibra a promoção do acesso das MEs e EPPs aos itens do certame com a observância das diretrizes legais.

1.6.2. Como foi apresentado no item 1.6.1, esclarece-se que, em conformidade com o disposto no art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, apenas o item 8 será considerado para a cota reservada de 25% destinada a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Essa decisão é fundamentada não apenas na pesquisa de mercado realizada, que não identificou a presença de ME ou EPP que atendessem às especificações técnicas e requisitos descritos no Termo de Referência para os demais itens, mas também no fato de que a reserva de cota se aplica apenas a itens com valores superiores a R\$ 80.000,00 anuais e de natureza divisível, conforme autoriza o referido artigo. Dessa forma, a ausência de reserva de cota para esses itens se justifica pela falta de fornecedores qualificados, garantindo que o processo licitatório mantenha sua eficiência e legalidade.

1.7. Ademais, ainda nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a administração pública **deve** realizar processos licitatórios destinados exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) nos

itens de contratação cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00, salvo justificativa técnica que demonstre a inviabilidade da exclusividade. A aplicação desse dispositivo foi analisada item a item para garantir conformidade legal e eficiência no processo licitatório.

1.7.1. Após análise técnica e consulta ao mercado, constatou-se que a exclusividade para ME/EPP é **inviável para determinados itens**, em razão da ausência de fornecedores qualificados que atendam às especificações técnicas descritas no Termo de Referência. Essa justificativa encontra respaldo no art. 49 da mesma Lei, que admite o afastamento da exclusividade em hipóteses devidamente fundamentadas.

1.7.2. Com base na análise de mercado e na divisibilidade dos itens, identificou-se que os seguintes itens possuem valores inferiores a R\$ 80.000,00 e, por suas características de ampla oferta no mercado, deverão ser destinados exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), em conformidade com o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006:

1.7.2.1. Item 12: Aplicador automático propé

1.7.2.2. Item 13: Banqueta giratória

1.7.2.3. Item 15: carro maca transporte cadáver

1.7.2.4. Item 16: Destilador de água

1.7.2.5. Item 17: Fechadura biométrica

1.7.2.6. Item 19: Leitor de microchip

1.7.2.7. Item 20: Máquina para lavar roupas

1.7.2.8. Item 21: Mesa auxiliar hospitalar

1.7.2.9. Item 22: Mocho com encosto

1.7.2.10. Item 24: Televisor

1.7.3. Por serem bens de uso comum, amplamente comercializados e sem características técnicas que demandem justificativa para afastamento da exclusividade, esses itens devem ser incluídos no edital como exclusivos para ME/EPP, atendendo às exigências legais.

1.7.4. Já para os demais itens listados, cuja exclusividade foi afastada, os motivos incluem:

1.7.4.1. Itens cujas características técnicas exigem fornecimento especializado, não identificado em empresas enquadradas como ME/EPP na pesquisa de mercado.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000042/2024

II) Data de publicação no PNCP: 15/09/2023

III) Id do item no PCA: 211

IV) Classe/Grupo: 6640 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO

V) Identificador da Futura Contratação: 200406-90091/2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A natureza da aquisição, que trata de aquisição de equipamentos, por si, não trazem impactos ambientais relevantes gerados pelo setor demandante. Os impactos ambientais mais relevantes seriam dos processos produtivos de fabricação dos equipamentos, que são alheios ao controle e mitigação deste setor demandante.

4.1.2. Os impactos ambientais passíveis de gestão pelo setor demandante, considerando os ciclos de vida dos equipamentos, seriam:

4.1.2.1. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: exigências quanto a eficiência energética, relativa ao uso contínuo dos equipamentos. Nem todos os itens pretendidos são comercializados com diferentes classes de eficiência energética. Para os itens que tal exigência é pertinente, a classe de eficiência energética (Classe A) está expressa.

4.1.2.2. BOAS PRÁTICAS DA ROTINA LABORATORIAL: Reorganização das rotinas laboratoriais, acumulando quantidade de amostras condizentes com as capacidades máximas dos equipamentos, perfazendo menor número de ciclos de funcionamento, visando economia energética e de insumos descartados.

4.1.2.3. DESCARTE DE INSUMOS QUÍMICOS E PLÁSTICOS: Parte dos equipamentos a serem adquiridos para o laboratório de histopatologia, quando utilizados diretamente ou como auxiliares nas análises histológicas, fazem uso de diversos insumos em pequenas quantidades, como reagentes químicos e corantes, que geram um impacto ambiental relativamente reduzido. Além disso, são empregados EPIs (equipamentos de proteção individual), como luvas, toucas, propés, bem como itens plásticos, como lâminas, lâminas de vidro, frascos e microtubos. O laboratório responsável já realiza, de maneira contínua, a disposição e o descarte adequado dos insumos químicos e plásticos utilizados, classificados como lixo biológico/hospitalar, em conformidade com as normas de biossegurança e ambientais vigentes.

4.1.2.4. DESFAZIMENTO: De acordo com o Guia de Contratações sustentáveis, este setor demandante poderá realizar futuras comunicações/anúncios no canal oficial do governo através do Sistema de Doações do Governo Federal (<https://doacoes.gov.br/>), com o objetivo de desfazimento dos equipamentos quando se tornarem obsoletos; inoperantes ou de manutenção economicamente inviável para este setor demandante, oportunizando que outras instituições públicas se utilizem dos equipamentos

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s) para fins de efetiva aquisição/contratação, mas será admitida a indicação de marca ou modelo a título de similaridade, como forma de referência e parâmetro de qualidade ou de recursos ou funcionalidades dos equipamentos.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021

4.4.1. À época do recebimento provisório, serão realizados testes de funcionamento do equipamentos e de compatibilidade dos produtos frente às exigências expostas no descritivo da Tabela 1 deste Termo de Referência. Somente após aprovação nos testes, ocorrerão os recebimentos definitivos e os efetivos pagamentos.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Edifício Instituto Nacional de Criminalística, localizado no Setor de Áreas Isoladas Sul-SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, CEP 70610-200. Entrega somente em dias úteis e agendadas no período de 09:00-12:00 e 14:00-17:00h.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante. Exemplificando, caso um produto perecível tenha a validade fornecida pelo fabricante, de 12 meses, na data da entrega, o produto deverá ter ainda 8 (oito meses) de validade.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, **contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.**

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado antes do término do prazo inicial, desde que aceita pelo Contratante.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, mediante confirmação de recebimento.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.6. Caso o fiscal técnico não possua a capacitação para realizar os testes de funcionamento dos equipamentos, bem como averiguar a compatibilidade dos equipamentos recebidos com os descritivos expostos na Tabela 1 deste Termo de Referência, deverá haver a designação, pelo chefe do setor demandante, de servidor apto para tais funções, devendo este último, registrar os resultados por escrito, subsidiando os fiscais e o gestor de contrato para fins de aprovação; recebimento definitivo, atesto e pagamentos às empresas contratadas.

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.16. As atribuições estabelecidas nos itens anteriores para o fiscal técnico e gestor do contrato poderão ser atribuídas, a critério da DITEC/PF, para uma Comissão de Fiscalização e Recebimento que atuará em conjunto com a participação de no mínimo 3 (três) membros.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1. Os testes de funcionamento preliminares para o recebimento provisório serão exigidos para assegurar a conformidade dos bens com os padrões de qualidade e compatibilidade especificados no Termo de Referência e na proposta. Essa exigência visa prevenir o recebimento de materiais com falhas operacionais e garantir que o objeto contratado atenda aos requisitos necessários antes da aceitação definitiva.

7.2.2. A realização desses testes de funcionamento preliminares está alinhada com o princípio da eficiência na execução dos contratos, mitigando riscos de entrega de produtos que apresentem incompatibilidades ou defeitos que possam comprometer o resultado final. Optou-se por tal medida para que, apenas após essa verificação, os bens sejam aceitos definitivamente, conferindo segurança à administração e ao cumprimento das especificações contratuais.

7.3. O recebimento definitivo só será iniciado após a instalação e treinamento e após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15(quinze) dias úteis

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral em remessa única para todos os itens, com prazo de entrega de até 120 (cento e vinte) dias, contados conforme definido no termo do contrato, se for o caso (vide subitem 5.1 deste Termo de Referência).

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

8.25. Comprovação, a critério da contratante, de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. A exigência de atestados de qualificação técnica será restrita às parcelas de maior relevância, definidas como aquelas cujo valor individual represente ao menos 4% do valor total estimado da contratação, conforme art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021."

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.25.1.1. Os atestados devem se referir a contratos já concluídos ou, se em execução, devem expressar somente os quantitativos efetivamente fornecidos até o momento da expedição do atestado, desde que o objeto contratado esteja em andamento em conformidade com os requisitos exigidos.

8.25.1.2. Os atestados devem comprovar o cumprimento de prazos para contratos pretéritos com a Administração pública ou entes privados.

8.25.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.25.4. O fornecedor disponibilizará, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, conforme necessário para comprovação objetiva da legitimidade dos atestados apresentados.

8.26. A participação de cooperativas será admitida no presente certame. Para tanto, exige-se a apresentação da seguinte documentação complementar:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.26.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.312.867,20

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.312.867,20 (Três milhões, trezentos e doze mil, oitocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos no ANEXO 1.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 200406;

II) Fonte de Recursos: 1000

III) Programa de Trabalho: 172371;

IV) Elemento de Despesa: 449052 e 339030;

V) Plano Interno: PF99900AG24;

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SERVIO TULIO JACINTO REIS

Membro da comissão de contratação

*Assinou eletronicamente em 27/11/2024 às 15:16:55.***FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS**

Membro da comissão de contratação

*Assinou eletronicamente em 27/11/2024 às 15:31:04.***DIOGO LUIS KURIHARA**

Fiscal Titular

*Assinou eletronicamente em 27/11/2024 às 15:26:17.***CAMILA RAMOS CABRAL**

Membro da comissão de contratação

*Assinou eletronicamente em 27/11/2024 às 16:57:50.***ROBERTO REIS MONTEIRO NETO**

Autoridade competente

*Assinou eletronicamente em 27/11/2024 às 16:20:24.*

MARCO ANTONIO GARRIDO DE OLIVEIRA

Chefe Substituto do Setor Demandante



Assinou eletronicamente em 27/11/2024 às 15:21:04.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Mapa comparativo de precos histologia editado- equipamentos.pdf (68.65 KB)
- Anexo II - ETP79_2024 (5).pdf (286.98 KB)

Estudo Técnico Preliminar 79/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08201.001127/2024-77

2. Descrição da necessidade

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo definir a solução mais adequada para atender à demanda crescente por exames histológicos de tecidos humanos e não humanos. Essa necessidade surgiu devido à complexidade e ao volume de casos que requerem análises histopatológicas detalhadas, complementando ou atuando de forma independente aos exames necroscópicos realizados pela Área de Perícias em Fauna (APFAUNA) do Serviço de Perícias Ambientais (SEPAM), pelo Serviço de Perícias em Medicina, Odontologia e Antropologia Forense (SEPMOAF) e pelo Serviço de Perícias em Local de Crime (SEPLC), todos pertencentes ao Instituto Nacional de Criminalística (INC).

2.2 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA: a falta de uma infraestrutura centralizada e especializada para a realização de exames histológicos tem se tornado um obstáculo no processamento e análise de tecidos, impactando diretamente a eficiência e a qualidade dos laudos periciais. A deficiência na capacidade operacional, tanto em termos de equipamentos quanto de recursos específicos, reflete-se na crescente dificuldade de atender à demanda, resultando em atrasos significativos na emissão de laudos. Esses atrasos prejudicam o andamento de investigações e processos judiciais que dependem da celeridade e precisão dessas análises.

2.3 IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE: A implementação de uma solução centralizada e especializada para a realização de exames histológicos de alta precisão e confiabilidade é imprescindível para suprir a demanda atual e futura. Essa estrutura deve integrar-se ao fluxo de trabalho das diferentes unidades periciais, garantindo a execução eficiente das análises e a emissão de laudos periciais dentro dos prazos necessários. A adoção de equipamentos e tecnologias adequadas é fundamental para assegurar a qualidade dos laudos, de forma a sustentar com precisão processos judiciais e investigações criminais.

2.4 OBJETIVO DA SOLUÇÃO: aumentar a velocidade e precisão na emissão de laudos periciais relacionados a exames histológicos, permitindo a detecção detalhada de alterações teciduais microscópicas, além de possibilitar a avaliação da natureza, gravidade, extensão, evolução e intensidade das lesões. A solução deve também contribuir para a sugestão ou confirmação da causa de agravos com maior eficácia. Outro objetivo fundamental é garantir a capacitação contínua dos peritos, incentivando pesquisas aplicadas e o desenvolvimento de novas tecnologias e métodos periciais. A modernização do setor consolidará o INC como um Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses (CNDCF), promovendo a excelência e a integração internacional nas ciências forenses.

2.5 O Estudo Técnico Preliminar (ETP), ao identificar a solução mais viável, irá especificar em detalhes as características das contratações necessárias para sua implementação, garantindo que todos os requisitos técnicos e operacionais sejam cumpridos de maneira eficiente e eficaz. Esse detalhamento assegura que a solução escolhida não apenas atenda às demandas atuais, mas também esteja alinhada com as melhores práticas do setor, promovendo a otimização dos processos e a continuidade da excelência nos serviços prestados.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPMOAF/DPEMAP/INC/DITEC/PF	Alexandre Pavan Garieri
SEPAM/DPEMAP/INC/DITEC/PF	Diogo Otávio Scalia Pereira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. ESPECIFICAÇÃO DA DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO:

Aquisição de equipamentos estratégicos para atender às necessidades operacionais do laboratório de histopatologia, em cumprimento às exigências periciais e de pesquisa relacionadas aos exames histológicos.

4.2. POSSIBILIDADE DE COMPETIÇÃO ENTRE FORNECEDORES:

Embora alguns equipamentos pretendidos para o laboratório de histopatologia sejam comercializados por um número limitado de fornecedores, será possível realizar a aquisição por meio de pregão eletrônico. Esse processo garantirá a competição entre os fornecedores disponíveis, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, tanto em termos técnicos quanto financeiros.

4.3. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO: Os requisitos da contratação abrangem, minimamente, o seguinte:

4.3.1. REQUISITOS TÉCNICOS PARA A CONTRATAÇÃO:

a) Padrões mínimos de qualidade:

O laboratório de histopatologia exige equipamentos que garantam a qualidade, sensibilidade e confiabilidade necessárias para os exames periciais. É imprescindível a utilização de instrumentos que atendam aos padrões internacionais de excelência, devido à natureza crítica das análises histológicas e à necessidade de resultados precisos e confiáveis.

b) Catálogo Eletrônico de Padronização:

O catálogo eletrônico de padronização do governo federal (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>) ainda é limitado em relação aos equipamentos específicos de histopatologia. Por essa razão, os itens exigidos para a presente aquisição não estão disponíveis no catálogo, o que demandou cotações diretas com fornecedores especializados, garantindo a obtenção de produtos com a especificidade técnica necessária para o funcionamento adequado do laboratório.

c) Sustentabilidade:

A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 222/2018 da ANVISA, citada no Guia de Contratações Sustentáveis da CGU, aborda o ciclo de vida e boas práticas no gerenciamento de resíduos laboratoriais.

c.1. Os equipamentos a serem adquiridos utilizarão tanto insumos líquidos quanto sólidos, que ao final gerarão resíduos.

c.2. Resíduos líquidos: Os equipamentos especializados geram pequenas quantidades de resíduos líquidos por ciclo de funcionamento, minimizando o impacto ambiental.

c.3. Resíduos sólidos: Haverá a produção de resíduos sólidos, como frascos de reagentes, EPIs, além de outros produtos plásticos, como microtubos e cassetes histológicos, que serão descartados conforme as normas sanitárias e ambientais.

c.3.1. A Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) estabelece a gestão adequada dos resíduos. Os equipamentos e insumos de histopatologia, por sua natureza, geram quantidades mínimas de resíduos e não permitem a reutilização, devido ao risco de contaminação cruzada.

c.3.2. O descarte de resíduos será realizado de acordo com as normas vigentes, seguindo as práticas de segregação e acondicionamento específicas para resíduos laboratoriais, incluindo o uso de recipientes apropriados para perfurocortantes.

c.4. A contratada deverá transmitir boas práticas que otimizem a utilização dos equipamentos e insumos, minimizando a geração de resíduos.

4.3.2. REQUISITOS ADMINISTRATIVOS PARA A CONTRATAÇÃO:

4.3.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos em total acordo com o descritivo quantitativo e qualitativo previstos no Termo de Referência.

4.3.2.2. A CONTRATADA deverá obedecer aos prazos e exigências estabelecidos no Termo de Referência e demais documentações da presente contratação.

4.3.2.3. A CONTRATADA deverá fornecer meios rápidos de comunicação (e-mail e telefone) durante a vigência do contrato e responder prontamente às solicitações da Contratante.

4.3.2.4. A CONTRATADA deverá informar qualquer alteração nos itens a serem entregues, previamente à entrega, para aprovação pela Contratante.

4.3.2.5. A CONTRATADA deverá recolher, sem ônus para a Contratante, quaisquer equipamentos que não sejam aprovados, em até 90 dias após a entrega.

4.3.2.6. A CONTRATADA deverá demonstrar capacidade técnica e econômica para o fornecimento contínuo dos materiais durante a vigência do contrato.

4.3.2.7. No caso de descontinuação de equipamentos pelo fabricante, a CONTRATADA deverá fornecer o modelo atualizado, sem custos adicionais para a Contratante.

4.4. Uso de Marcas como Referência: A indicação de marcas específicas constará do Termo de Referência apenas como referência de qualidade e funcionalidade, e não como requisito exclusivo, a fim de evitar qualquer restrição à competitividade.

4.5. CATMATs e Códigos SIPAC: Considerando a especificidade dos itens, buscou-se os códigos CATMATs mais semelhantes aos itens solicitados, conforme tabela apresentada no item 7.5.

4.6. Conformidade com a Legislação sobre Bens de Luxo: Certifica-se que os itens a serem licitados não se enquadram como bens de luxo, em conformidade com o art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 10.818/2021.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Análise de Contratações Similares

5.1.1. Trata-se de aquisições de equipamentos específicos para o laboratório de histopatologia, essenciais para a realização de análises periciais e diagnósticas. Esses equipamentos são fundamentais para garantir a qualidade e precisão dos exames, além de serem indispensáveis para a continuidade das operações do laboratório. A aquisição foi planejada com o objetivo de evitar práticas antieconômicas, prevenindo a compra de equipamentos que possam ser excessivamente caros, desnecessários ou que se tornem obsoletos rapidamente, assegurando a eficiência dos serviços prestados.

5.1.2. Fontes Consultadas: Examinamos contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, conforme o Parâmetro II da Portaria nº 449/2021.

5.1.3. Conclusões: Não foram encontradas aquisições similares que pudessem servir como comparação direta, ressaltando a singularidade dos requisitos do nosso laboratório. Para oferecer uma perspectiva de mercado, referimos ao processo SEI 08201.001127/2024-77, que contém um mapa comparativo de preços.

5.2. Consulta a Publicações Especializadas e Sites Eletrônicos

5.2.1. Estratégia de Pesquisa: Buscamos informações em mídias especializadas e sites de fabricantes e distribuidores para identificar novas tecnologias ou tendências de mercado que sejam relevantes para a histopatologia.

5.2.2. Resultados: A escassez de informações comparativas e a limitação de opções disponíveis no mercado indicam que a concorrência para esses itens é restrita. Apesar disso, as pesquisas resultaram na obtenção de cotações de pelo menos três fornecedores, conforme exigido.

5.3. Solicitações de Orçamento a Fornecedores

5.3.1. Processo: Contatamos fornecedores potenciais, incluindo empresas como Analítica, Leica, Webmed, Laborana, Bioma Científica, Lupetec, Grupo Erviegas, Engepom, Cozil, Merck, Solab, e outros, solicitando orçamentos detalhados para os itens necessários.

5.3.2. Resultados: As empresas descritas no item 5.4.1 apresentaram propostas que atendem às especificações técnicas exigidas. A maioria dos itens foi contemplada com apenas três cotações. Por este motivo, visto que o mercado para alguns equipamentos é bastante restrito, foram consideradas todas as cotações recebidas.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Elementos da Solução

Equipamentos Principais: Aquisição de equipamentos essenciais para o funcionamento do laboratório de histopatologia, incluindo microscópios, sistemas de processamento de tecidos, scanner de lâminas, autoclaves, e outros dispositivos necessários para a realização de análises histológicas, bem como materiais de consumo.

Estoque de Segurança: Estabelecimento de um estoque de segurança para cada equipamento, assegurando a continuidade das operações sem interrupções devido a atrasos na entrega ou problemas de mercado.

6.2 Justificativas Técnicas e Econômicas

Escolha dos Equipamentos: A seleção dos equipamentos é baseada na compatibilidade com os procedimentos de análise histológica e na necessidade de garantir a integridade e precisão dos diagnósticos realizados.

Custo-Benefício: A aquisição dos equipamentos é justificada pela necessidade de estabelecer um laboratório de histopatologia funcional e eficiente. A escolha criteriosa dos equipamentos visa minimizar custos futuros relacionados à manutenção e substituição de itens, garantindo que a infraestrutura inicial seja robusta e adequada para atender às demandas de análises precisas. A montagem do laboratório com equipamentos de alta qualidade não apenas assegura a continuidade das operações, mas também potencializa a eficiência e a confiabilidade dos resultados, evitando despesas significativas decorrentes de falhas ou inadequações nos equipamentos.

6.3 Exigências de Qualificação Técnica e Econômica

Qualificação dos Fornecedores: Os fornecedores de equipamentos devem demonstrar capacidade de fornecer produtos de alta qualidade que atendam às rigorosas especificações técnicas exigidas, garantindo a confiabilidade das análises histopatológicas.

Capacidade Econômica: É essencial que os fornecedores apresentem robustez econômica para garantir a oferta contínua e a capacidade de se adaptar a aumentos na demanda, assegurando que não haja falta de material.

6.4 Justificativa para Não Dispensa de Licitação

A contratação dos equipamentos não é passível de dispensa de licitação, pois excede os limites estabelecidos para dispensa de compras em geral, conforme a Lei nº 14.133/2021, sendo necessário, portanto, um processo licitatório completo.

6.5 Contratação Simultânea

Economia de Escala: A administração determinou que a aquisição de equipamentos de diferentes fornecedores é viável e não prejudica a economia de escala. Diversificar os fornecedores pode reduzir riscos associados à dependência de um único fornecedor e melhorar a resiliência do suprimento.

Controle Individualizado: Serão estabelecidos protocolos de controle para garantir que cada fornecedor cumpra rigorosamente as especificações técnicas dos equipamentos, assegurando a qualidade e consistência necessárias para as operações do laboratório de histopatologia.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. É importante destacar que, mesmo em fase de montagem, o laboratório de histopatologia será crucial para a realização de exames histológicos em tecidos humanos e não humanos. A operação desse laboratório assegurará a qualidade e a integridade dos laudos periciais, o que é essencial para a validade das provas.

7.2. Portanto, a quantidade de equipamentos e materiais de consumo planejados foi estabelecida para garantir a continuidade e a eficiência dos processos laboratoriais. O planejamento visa evitar possíveis interrupções devido à falta de insumos essenciais, assegurando que o laboratório possa atender com celeridade e precisão às demandas atuais e futuras. Isso é fundamental, considerando a importância dos exames na validação das provas periciais.

7.3. A quantidade de equipamentos e materiais foi definida não apenas para atender eficientemente à demanda atual, mas também para acomodar um aumento projetado na carga de trabalho. Esta projeção baseia-se na análise da demanda esperada e no histórico recente de crescimento no volume de exames periciais. Foi incluída uma margem de segurança para cobrir necessidades imprevistas ou aumentos súbitos na demanda, como eventos extraordinários que possam ocorrer.

7.4. Os critérios utilizados para determinar a quantidade e a seleção dos equipamentos e materiais foram:

- 1. Dimensionamento das quantidades necessárias para garantir a operação contínua e eficiente do laboratório de histopatologia, evitando interrupções devido à falta de insumos.
- 2. Identificação de equipamentos e materiais críticos para o processo de exame histológico que precisam ser adquiridos em quantidade suficiente para suportar a carga de trabalho esperada.
- 3. Consideração da necessidade de materiais com novas tecnologias e funcionalidades que possam melhorar a eficiência e a precisão dos exames.
- 4. Otimização na gestão dos materiais, garantindo que o espaço físico e a organização do laboratório suportem um fluxo eficiente no processamento dos exames histológicos.

7.5. Estima-se para este pedido os itens conforme seguem na tabela abaixo.

	MATERIAL PERMANENTE	QUANT.

01	Central de inclusão de parafina	1
02	Estufa de secagem	1
03	Corador automático de lâminas	1
04	Impressora para cassetes histológicos	1
05	Impressora para lâminas histológicas	1
06	Microscópio biológico trinocular	1
07	Microscópio biológico binocular	5
08	Micrótomo rotativo semiautomático	1
09	Processador de tecidos a vácuo	1
10	Destilador de água	1
11	Câmara frigorífica	1
12	Autoclave	1
13	Sistema ultrapurificador de água	2
14	Banqueta giratória em aço inoxidável	6
15	Mocho com encosto	10
16	Mesa auxiliar hospitalar	3
17	Máquina para lavar roupa	1
18	Carro maca transporte cadáver	2
19	Fechadura biométrica	20
20	Leitor de microchip	2

21	Televisor 65"	2
22	Aplicador automático propé	1
23	Foco cirúrgico	3

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.312.867,20

8.1. A estimativa de valor para a aquisição dos equipamentos necessários para a implementação do Laboratório de Histopatologia é de R\$ 3.312.867,20 (Três milhões, trezentos e doze mil, oitocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), conforme Mapa de Preços já acostado ao processo de aquisição. Este valor foi determinado com base nas diretrizes da Instrução Normativa SEGES /ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que estabelece as metodologias para a realização de estimativas de preços em contratações públicas.

8.2. Para definir os preços referenciais, foram realizadas as seguintes etapas: Primeiramente, o Banco de Preços foi consultado como a principal fonte de referência, permitindo a obtenção de valores praticados em contratações semelhantes realizadas por outros órgãos públicos. Esta abordagem garante maior precisão na comparação de preços e adequação aos padrões de mercado.

8.3. Adicionalmente, foi realizada uma análise comparativa dos preços observados em aquisições efetuadas por outras instituições, incluindo universidades públicas e institutos periciais estaduais. Este método complementa a análise inicial, oferecendo uma visão mais abrangente sobre os preços praticados para equipamentos de histopatologia.

8.4. A escolha das metodologias de pesquisa, incluindo a utilização do Banco de Preços e a análise de aquisições anteriores, assegura que a estimativa de custos esteja alinhada com o mercado atual. A combinação dessas ferramentas, juntamente com as consultas a fornecedores e a análise de contratações públicas passadas, garante que os preços apresentados estejam conforme as melhores práticas e os valores de mercado para equipamentos de histopatologia.

8.5. A análise crítica dos preços revelou que os fornecedores consultados oferecem equipamentos com qualidade compatível com as exigências da Administração e as especificações técnicas necessárias para o Laboratório de Histopatologia. Apesar da variação nos valores, a avaliação confirma que os preços estimados são representativos e adequados para a aquisição dos equipamentos pretendidos, sem comprometer a qualidade dos itens necessários.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução deverá ser parcelada, e a licitação será realizada por item, respeitando a divisibilidade do objeto. Essa decisão está alinhada com as práticas do mercado para bens e serviços deste setor, onde a segmentação por item não gera prejuízos ao conjunto do fornecimento nem compromete a economia de escala. A divisão do objeto é uma prática comum no mercado de equipamentos laboratoriais, onde diferentes fornecedores costumam oferecer produtos específicos em suas especialidades, o que amplia a competitividade e resulta em melhores condições de aquisição para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Como já mencionado, a aquisição de equipamentos para a implementação do Laboratório de Histopatologia do Instituto Nacional de Criminalística (INC) envolve uma ampla gama de itens, cada um com características e especificações técnicas detalhadas para atender de forma eficiente às necessidades do novo laboratório. A variedade de materiais e a complexidade dos descritivos visam otimizar a operação e garantir a adequação às exigências técnicas e normativas.

10.2. De acordo com o conhecimento deste setor demandante, não há registros de contratações similares em andamento que contemplem a totalidade dos itens e as especificações exigidas para a implementação do Laboratório de Histopatologia do INC. A presente aquisição é única em sua abrangência e detalhamento, atendendo especificamente às necessidades identificadas para o novo laboratório.

10.3. A presente aquisição não inclui a contratação de serviços de manutenção para os equipamentos. O foco é exclusivamente na compra dos insumos necessários para a implementação e operação inicial do laboratório. Qualquer necessidade de manutenção ou serviços adicionais será tratada em contratações futuras, de forma independente e conforme a demanda.

10.4. A aquisição contempla um quantitativo de insumos suficiente para a operação do laboratório por um período inicial de 12 a 18 meses. Após esse período, será necessário adquirir novos insumos para garantir a continuidade das operações. No entanto, esta é uma demanda prevista e rotineira para o setor, similar às aquisições realizadas para outros equipamentos e materiais do laboratório.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A aquisição está alinhada com o Planejamento Estratégico da Polícia Federal, conforme os itens 9.1.4; 9.4.5; 9.4.6 do Anexo I da Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, abaixo transcritos:

- Reduzir a Criminalidade (Objetivo Estratégico 9.4)
- Incrementar acordos e parcerias (Objetivo Estratégico 9.6)
- Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (Ação Estratégica 9.1.7)
- Gestão da qualidade da prova (Ação Estratégica 9.4.4)
- Cooperação nacional (Ação Estratégica 9.6.2)

11.2. A excelência na atuação também é um dos pilares do Mapa Estratégico da Perícia Criminal da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 142/2012-DITEC/DPF de 14 de agosto de 2012, que traz entre seus objetivos estratégicos:

- Elucidar cientificamente crimes de atribuição da Polícia Federal (Objetivo 2)
- Promover o reconhecimento e a valorização da Perícia Criminal (Objetivo 3)
- Entregar resultados imparciais e cientificamente embasados à Justiça (Objetivo 4)
- Apresentar excelência na qualidade da prova (Objetivo 5)
- Utilizar métodos, normas e padrões validados ou reconhecidos mundialmente (Objetivo 6)
- Fortalecer e disseminar a cadeia de custódia de provas (Objetivo 7)
- Manter-se na vanguarda do conhecimento científico aplicado às Ciências Forenses (Objetivo 8)
- Promover a integração das ações da Perícia Criminal Federal com as Perícias Criminais Estaduais sob os aspectos técnicos e normativos (Objetivo 17)
- Promover a gestão do conhecimento (Objetivo 20)
- Incentivar a pesquisa e a difusão de Ciências Forenses (Objetivo 24)
- Gerenciar, manter e atualizar o parque tecnológico (Objetivo 25)

11.3. A presente proposta de aquisição encontra-se prevista no plano anual de aquisições (PAC) 2024.

11.4. Os equipamentos estão registrados com o código 200406-185/2022 PGC (Planejamento e Gerenciamento de Contratações) da Diretoria Técnico-Científica/PF.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Propiciar ao Setor de Criminalística da Polícia Federal o acesso a todas as análises laboratoriais necessárias para subsidiar a elaboração dos laudos de perícia criminal que envolvam o exame necroscópico de tecidos humanos e não humanos, mais especificamente relacionados à área de conhecimento de patologia forense.

12.2. Como resultado a ser alcançado com a presente aquisição, em termos de economicidade, eficiência, eficácia, e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, almeja-se:

- Dar maior celeridade, qualidade de informação e precisão na realização dos exames e elaboração dos Laudos de Perícia Criminal;
- Otimizar o gasto público com recursos humanos e materiais, buscando investimentos em tecnologia de ponta e automatização;
- Garantir maior confiabilidade nos resultados obtidos nos exames de necropsia e patologia humana e animal da Criminalística da Polícia Federal;
- Atestar a competência e capacidade técnica dos Peritos Criminais Federais responsáveis pelos laboratórios;

- Realizar exames periciais em estrutura própria, com maior controle de amostras, realizar exames de tratamento dos resultados, manter a segurança da cadeia de custódia, buscando atender os requisitos e princípios da criminalística;
- Permitir o desenvolvimento de metodologias e técnicas periciais inovadoras e a realização de estudos e pesquisas para o desenvolvimento das ciências forenses, o que está alinhado com o Planejamento Estratégico do Órgão;
- Equipar a estrutura física laboratorial para realização de exames em cadáveres humanos e em animais;
- Aumentar a eficiência e a eficácia dos trabalhos dos Peritos Criminais Federais relacionados aos crimes contra o meio ambiente;
- Difundir metodologias às unidades de criminalísticas;
- Melhorar as ações de capacitação e treinamento de responsabilidade das unidades envolvidas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para o Laboratório de Histologia não são necessárias adequações do ambiente da instituição para que a aquisição surta seus efeitos. As instalações físicas já foram adequadas à instalação e guarda dos materiais.

13.2. O INC já possui logística adequada para a utilização dos equipamentos a serem adquiridos. Logo, não haverá nenhuma necessidade de providência prévia a ser adotada em capacitação de pessoal e adequação de espaço físico.

13.3. A capacitação para o uso dos equipamentos que serão adquiridos deverá ser contratada juntamente com os equipamentos. De toda forma, a capacitação do corpo técnico na área de patologia forense deve ter caráter permanente e contínuo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. . A utilização dos equipamentos, em si, não trazem impactos ambientais, além do consumo energético. Para os equipamentos que possuem a classificação de consumo energético, os descritivos solicitam os mais eficientes (classificação A). Para os outros que não possuem, não é possível mitigar tais impactos.

14.2. Estes equipamentos ao serem utilizados diretamente nas análises histopatológicas, se valem de diversos insumos em quantidades da ordem de microlitros, o que oferece impacto ambiental extremamente reduzido. Ademais, todos os descartes líquidos e plásticos utilizados nas análises, a exemplo de microtubos, cassetes histológicos, luvas etc. são descartados e tratados na condição de lixo biológico/hospitalar.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A presente contratação abrange um número considerável de itens, cada um com descrições detalhadas e específicas para atender de forma precisa às necessidades do Laboratório de Histopatologia do Instituto Nacional de Criminalística (INC). Essa complexidade na definição dos equipamentos pode, por vezes, justificar as variações nos valores obtidos nas propostas, bem como a dificuldade em obter um número mínimo de três propostas para alguns itens. Isso reflete um mercado restrito para determinados insumos que atendem às exigências técnicas específicas do novo laboratório.

15.2. Após a análise crítica do Mapa Comparativo de Preços e dos demais elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, este setor demandante considera a contratação como viável e exequível. A análise confirmou que os valores apresentados estão alinhados com o mercado e que a contratação atende às necessidades do laboratório, garantindo a eficiência e a adequação dos materiais adquiridos para a implementação do laboratório.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SERVIO TULIO JACINTO REIS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 07/10/2024 às 12:08:31.

FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS

Membro da comissão de contratação

MARCO ANTONIO GARRIDO DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Mapa comparativo de preços histologia editado- equipamentos.pdf (68.65 KB)
- Anexo II - MCP equipamentos.pdf (68.65 KB)

Anexo I - Mapa comparativo de preços histologia editado- equipamentos.pdf

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Para evidenciar a origem dos dados, a tabela constitutiva do Mapa de Preços apresentada a seguir foi elaborada com a utilização do seguinte código de cores:

ITEM EM PRETO: Preços obtidos em cumprimento aos parâmetros I e II, estabelecidos na IN nº 65, de 2021;

ITEM EM AZUL: Preços obtidos em cumprimento ao parâmetro III estabelecido na IN nº 65, de 2021;

ITEM EM VERMELHO: Preços obtidos em cumprimento ao parâmetro IV estabelecido na IN nº 65, de 2021.

VERDE: Válido

AMARELO: Elevado

ROXO: Inexequível

ITEM	MATERIAL	CATMAT	Quant.	Valor Total (R\$)	Cotação 1 (R\$)	Cotação 2 (R\$)	Cotação 3 (R\$)	Cotação 4 (R\$)	Cotação 5 (R\$)	Cotação 6 (R\$)	Média (R\$)	Desvio Padrão	Limite Inferior (média - desvio)	Limite Superior (média + desvio)	Média Final (excetuando-se os inexecutable e excessivamente elevados) *
1	Estufa de secagem	414628	1	R\$ 2.607,67	R\$ 2.990,00	R\$ 2.405,00	R\$ 3.291,00	R\$ 2.428,00			R\$ 2.778,50	435,79	R\$ 2.342,71	R\$ 3.214,29	R\$ 2.607,67
2	Autoclave		1	R\$ 8.443,50	R\$ 9.684,00	R\$ 7.920,00	R\$ 12.150,00	R\$ 6.680,00	R\$ 9.490,00		R\$ 9.184,80	2062,07	R\$ 7.122,73	R\$ 11.246,87	R\$ 8.443,50
3	Banqueta giratória	74829	6	R\$ 1.326,00	R\$ 329,00	R\$ 215,00	R\$ 210,00	R\$ 221,00	R\$ 160,00	R\$ 180,00	R\$ 219,17	58,66	R\$ 160,51	R\$ 277,82	R\$ 221,00
4	Carro maca		2	R\$ 8.743,03	R\$ 5.220,54	R\$ 3.900,00	R\$ 3.994,00				R\$ 4.371,51	736,78	R\$ 3.634,73	R\$ 5.108,29	R\$ 4.371,51
5	Destilador de água	414606	1	R\$ 2.211,01	R\$ 2.291,52	R\$ 2.291,52	R\$ 2.050,00				R\$ 2.211,01	139,44	R\$ 2.071,57	R\$ 2.350,45	R\$ 2.211,01
6	Foco Cirúrgico		3	R\$ 200.448,10	R\$ 16.990,00	R\$ 16.990,00	R\$ 166.468,10				R\$ 66.816,03	86301,22	-R\$ 19.485,19	R\$ 153.117,25	R\$ 66.816,03
7	Leitor de microchip		2	R\$ 1.457,60	R\$ 860,00	R\$ 600,00	R\$ 724,98	R\$ 650,00	R\$ 834,00	R\$ 700,00	R\$ 728,16	101,90	R\$ 626,26	R\$ 830,07	R\$ 728,80
8	Máquina de lavar roupa		1	R\$ 3.230,90	R\$ 3.325,81	R\$ 3.214,00	R\$ 3.643,00	R\$ 2.250,00	R\$ 3.205,69	R\$ 4.159,00	R\$ 3.299,58	628,49	R\$ 2.671,10	R\$ 3.928,07	R\$ 3.230,90
9	Mesa auxiliar hospitalar		3	R\$ 1.715,00	R\$ 490,00	R\$ 247,00	R\$ 985,00	R\$ 240,00			R\$ 490,50	349,56	R\$ 140,94	R\$ 840,06	R\$ 571,67
10	Mocho com encosto		10	R\$ 2.236,00	R\$ 220,00	R\$ 263,80	R\$ 187,00	R\$ 160,00			R\$ 207,70	44,73	R\$ 162,97	R\$ 252,43	R\$ 223,60
11	Televisor 75"		1	R\$ 4.733,73	R\$ 5.230,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.360,91	R\$ 4.949,00	R\$ 4.844,00		R\$ 4.776,78	349,69	R\$ 4.427,09	R\$ 5.126,48	R\$ 4.733,73
12	Corador automático de lâminas	433561	1	R\$ 376.905,79	R\$ 294.397,00	R\$ 415.784,88	R\$ 587.441,26	R\$ 78.750,00	R\$ 210.000,00		R\$ 317.274,63	194691,75	R\$ 122.582,88	R\$ 511.966,38	R\$ 376.905,79
13	Sistema ultrapurificador de água		1	R\$ 141.598,16	R\$ 194.172,00	R\$ 93.092,00	R\$ 89.024,32				R\$ 125.429,44	59567,53	R\$ 65.861,91	R\$ 184.996,97	R\$ 141.598,16
14	Impressora para lâminas hisológicas	74829	1	R\$ 621.000,00	R\$ 170.000,00	R\$ 119.770,00	R\$ 621.000,00				R\$ 303.590,00	276030,06	R\$ 27.559,94	R\$ 579.620,06	R\$ 621.000,00
15	Impressora para cassetes hisológicos		1	R\$ 220.737,50	R\$ 191.000,00	R\$ 250.475,00	R\$ 345.000,00				R\$ 262.158,33	77661,93	R\$ 184.496,40	R\$ 339.820,26	R\$ 220.737,50
16	Microscópio biológico trinocular		1	R\$ 49.150,33	R\$ 50.721,00	R\$ 70.630,00	R\$ 26.100,00				R\$ 49.150,33	22306,51	R\$ 26.843,82	R\$ 71.456,85	R\$ 49.150,33
17	Microscópio biológico Binocular		5	R\$ 109.406,67	R\$ 17.544,00	R\$ 37.400,00	R\$ 10.700,00				R\$ 21.881,33	13868,38	R\$ 8.012,96	R\$ 35.749,71	R\$ 21.881,33
18	MicrótoMo		1	R\$ 101.584,02	R\$ 144.076,00	R\$ 112.176,05	R\$ 231.522,99	R\$ 69.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 48.500,00	R\$ 108.379,17	71562,89	R\$ 36.816,29	R\$ 179.942,06	R\$ 101.584,02
19	Fechadura eletrônica		20	R\$ 19.325,07	R\$ 940,00	R\$ 987,05	R\$ 971,71				R\$ 966,25	23,99	R\$ 942,26	R\$ 990,25	R\$ 966,25
20	Câmara frigorífica		1	R\$ 210.494,67	R\$ 160.984,00	R\$ 162.500,00	R\$ 308.000,00				R\$ 210.494,67	84445,50	R\$ 126.049,17	R\$ 294.940,16	R\$ 210.494,67
21	Scanner		1	R\$ 744.394,53	R\$ 636.403,00	R\$ 1.175.975,11	R\$ 635.200,00	R\$ 530.000,00			R\$ 744.394,53	292011,66	R\$ 452.382,87	R\$ 1.036.406,19	R\$ 744.394,53
22	Processador de tecidos a vácuo"		1	R\$ 382.162,91	R\$ 647.038,00	R\$ 4.152,00	R\$ 625.461,64	R\$ 252.000,00			R\$ 382.162,91	310476,90	R\$ 71.686,01	R\$ 692.639,81	R\$ 382.162,91
23	Aplicador automático propé		1	R\$ 4.979,78	R\$ 4.847,33	R\$ 4.152,00	R\$ 5.940,00				R\$ 4.979,78	901,33	R\$ 4.078,45	R\$ 5.881,10	R\$ 4.979,78
24	Central de inclusão de parafina		1	R\$ 114.815,60	R\$ 154.468,00	R\$ 81.129,42	R\$ 304.296,18	R\$ 48.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 56.000,00	R\$ 114.815,60	101398,01	R\$ 13.417,59	R\$ 216.213,61	R\$ 114.815,60
25	Lava botas		1	R\$ 2.493,26	R\$ 2.525,35	R\$ 2.736,00	R\$ 2.962,00	R\$ 1.543,00	R\$ 2.700,00		R\$ 2.493,27	553,49	R\$ 1.939,78	R\$ 3.046,76	R\$ 2.493,27
TOTAL				R\$ 3.312.869,60											

Anexo II - MCP equipamentos.pdf

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Para evidenciar a origem dos dados, a tabela constitutiva do Mapa de Preços apresentada a seguir foi elaborada com a utilização do seguinte código de cores:

ITEM EM PRETO: Preços obtidos em cumprimento aos parâmetros I e II, estabelecidos na IN nº 65, de 2021;

ITEM EM AZUL: Preços obtidos em cumprimento ao parâmetro III estabelecido na IN nº 65, de 2021;

ITEM EM VERMELHO: Preços obtidos em cumprimento ao parâmetro IV estabelecido na IN nº 65, de 2021.

VERDE: Válido

AMARELO: Elevado

ROXO: Inexequível

ITEM	MATERIAL	CATMAT	Quant.	Valor Total (R\$)	Cotação 1 (R\$)	Cotação 2 (R\$)	Cotação 3 (R\$)	Cotação 4 (R\$)	Cotação 5 (R\$)	Cotação 6 (R\$)	Média (R\$)	Desvio Padrão	Limite Inferior (média - desvio)	Limite Superior (média + desvio)	Média Final (excetuando-se os inexecutable e excessivamente elevados) *
1	Estufa de secagem	414628	1	R\$ 2.607,67	R\$ 2.990,00	R\$ 2.405,00	R\$ 3.291,00	R\$ 2.428,00			R\$ 2.778,50	435,79	R\$ 2.342,71	R\$ 3.214,29	R\$ 2.607,67
2	Autoclave		1	R\$ 8.443,50	R\$ 9.684,00	R\$ 7.920,00	R\$ 12.150,00	R\$ 6.680,00	R\$ 9.490,00		R\$ 9.184,80	2062,07	R\$ 7.122,73	R\$ 11.246,87	R\$ 8.443,50
3	Banqueta giratória	74829	6	R\$ 1.326,00	R\$ 329,00	R\$ 215,00	R\$ 210,00	R\$ 221,00	R\$ 160,00	R\$ 180,00	R\$ 219,17	58,66	R\$ 160,51	R\$ 277,82	R\$ 221,00
4	Carro maca		2	R\$ 8.743,03	R\$ 5.220,54	R\$ 3.900,00	R\$ 3.994,00				R\$ 4.371,51	736,78	R\$ 3.634,73	R\$ 5.108,29	R\$ 4.371,51
5	Destilador de água	414606	1	R\$ 2.211,01	R\$ 2.291,52	R\$ 2.291,52	R\$ 2.050,00				R\$ 2.211,01	139,44	R\$ 2.071,57	R\$ 2.350,45	R\$ 2.211,01
6	Foco Cirúrgico		3	R\$ 200.448,10	R\$ 16.990,00	R\$ 16.990,00	R\$ 166.468,10				R\$ 66.816,03	86301,22	-R\$ 19.485,19	R\$ 153.117,25	R\$ 66.816,03
7	Leitor de microchip		2	R\$ 1.457,60	R\$ 860,00	R\$ 600,00	R\$ 724,98	R\$ 650,00	R\$ 834,00	R\$ 700,00	R\$ 728,16	101,90	R\$ 626,26	R\$ 830,07	R\$ 728,80
8	Máquina de lavar roupa		1	R\$ 3.230,90	R\$ 3.325,81	R\$ 3.214,00	R\$ 3.643,00	R\$ 2.250,00	R\$ 3.205,69	R\$ 4.159,00	R\$ 3.299,58	628,49	R\$ 2.671,10	R\$ 3.928,07	R\$ 3.230,90
9	Mesa auxiliar hospitalar		3	R\$ 1.715,00	R\$ 490,00	R\$ 247,00	R\$ 985,00	R\$ 240,00			R\$ 490,50	349,56	R\$ 140,94	R\$ 840,06	R\$ 571,67
10	Mocho com encosto		10	R\$ 2.236,00	R\$ 220,00	R\$ 263,80	R\$ 187,00	R\$ 160,00			R\$ 207,70	44,73	R\$ 162,97	R\$ 252,43	R\$ 223,60
11	Televisor 75"		1	R\$ 4.733,73	R\$ 5.230,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.360,91	R\$ 4.949,00	R\$ 4.844,00		R\$ 4.776,78	349,69	R\$ 4.427,09	R\$ 5.126,48	R\$ 4.733,73
12	Corador automático de lâminas	433561	1	R\$ 376.905,79	R\$ 294.397,00	R\$ 415.784,88	R\$ 587.441,26	R\$ 78.750,00	R\$ 210.000,00		R\$ 317.274,63	194691,75	R\$ 122.582,88	R\$ 511.966,38	R\$ 376.905,79
13	Sistema ultrapurificador de água		1	R\$ 141.598,16	R\$ 194.172,00	R\$ 93.092,00	R\$ 89.024,32				R\$ 125.429,44	59567,53	R\$ 65.861,91	R\$ 184.996,97	R\$ 141.598,16
14	Impressora para lâminas hisológicas	74829	1	R\$ 621.000,00	R\$ 170.000,00	R\$ 119.770,00	R\$ 621.000,00				R\$ 303.590,00	276030,06	R\$ 27.559,94	R\$ 579.620,06	R\$ 621.000,00
15	Impressora para cassetes hisológicos		1	R\$ 220.737,50	R\$ 191.000,00	R\$ 250.475,00	R\$ 345.000,00				R\$ 262.158,33	77661,93	R\$ 184.496,40	R\$ 339.820,26	R\$ 220.737,50
16	Microscópio biológico trinocular		1	R\$ 49.150,33	R\$ 50.721,00	R\$ 70.630,00	R\$ 26.100,00				R\$ 49.150,33	22306,51	R\$ 26.843,82	R\$ 71.456,85	R\$ 49.150,33
17	Microscópio biológico Binocular		5	R\$ 109.406,67	R\$ 17.544,00	R\$ 37.400,00	R\$ 10.700,00				R\$ 21.881,33	13868,38	R\$ 8.012,96	R\$ 35.749,71	R\$ 21.881,33
18	Micrótomo		1	R\$ 101.584,02	R\$ 144.076,00	R\$ 112.176,05	R\$ 231.522,99	R\$ 69.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 48.500,00	R\$ 108.379,17	71562,89	R\$ 36.816,29	R\$ 179.942,06	R\$ 101.584,02
19	Fechadura eletrônica		20	R\$ 19.325,07	R\$ 940,00	R\$ 987,05	R\$ 971,71				R\$ 966,25	23,99	R\$ 942,26	R\$ 990,25	R\$ 966,25
20	Câmara frigorífica		1	R\$ 210.494,67	R\$ 160.984,00	R\$ 162.500,00	R\$ 308.000,00				R\$ 210.494,67	84445,50	R\$ 126.049,17	R\$ 294.940,16	R\$ 210.494,67
21	Scanner		1	R\$ 744.394,53	R\$ 636.403,00	R\$ 1.175.975,11	R\$ 635.200,00	R\$ 530.000,00			R\$ 744.394,53	292011,66	R\$ 452.382,87	R\$ 1.036.406,19	R\$ 744.394,53
22	Processador de tecidos a vácuo"		1	R\$ 382.162,91	R\$ 647.038,00	R\$ 4.152,00	R\$ 625.461,64	R\$ 252.000,00			R\$ 382.162,91	310476,90	R\$ 71.686,01	R\$ 692.639,81	R\$ 382.162,91
23	Aplicador automático propé		1	R\$ 4.979,78	R\$ 4.847,33	R\$ 4.152,00	R\$ 5.940,00				R\$ 4.979,78	901,33	R\$ 4.078,45	R\$ 5.881,10	R\$ 4.979,78
24	Central de inclusão de parafina		1	R\$ 114.815,60	R\$ 154.468,00	R\$ 81.129,42	R\$ 304.296,18	R\$ 48.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 56.000,00	R\$ 114.815,60	101398,01	R\$ 13.417,59	R\$ 216.213,61	R\$ 114.815,60
25	Lava botas		1	R\$ 2.493,26	R\$ 2.525,35	R\$ 2.736,00	R\$ 2.962,00	R\$ 1.543,00	R\$ 2.700,00		R\$ 2.493,27	553,49	R\$ 1.939,78	R\$ 3.046,76	R\$ 2.493,27
TOTAL				R\$ 3.312.869,60											

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
39/2024	SERVIO TULIO JACINTO REIS	12/08/2024 11:29
Objeto da Matriz de Riscos		
Implementação do Laboratório de Histopatologia		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Especificação insuficiente dos equipamentos	Verificação insuficiente da necessidade atual, em especial de alguma necessidade específica para atendimento de demandas singulares.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Os equipamentos não atenderão as necessidades da unidade.					
Ações Preventivas						
P-01	Descrever o item do objeto de forma a atender as especificações necessárias para o pleno atendimento das necessidades.			Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS		
P-02	Descrever de forma detalhada os critérios de aceitação dos equipamentos.			Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS		
P-03	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de entrega do material.			Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS		
Ações de Contingência						
C-01	Estudar o grau de insuficiência e verificar a possibilidade de rescisão contratual.			Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS		
C-02	Iniciar um novo processo licitatório para atender as necessidades de forma plena.			Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Atraso na conclusão do processo licitatório	Demora da equipe de planejamento da contratação ou do setor de aquisição, licitações e contratos em formular os documentos necessários ou gerenciar as fases do processo.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não atendimento à demanda no prazo necessário.					
2	Haverá prejuízos às atividades da Unidade.					
Ações Preventivas						
P-01	Nomear mais pessoas para apoiar a equipe de planejamento da contratação.			Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS		
P-02	Nomear mais pessoas para apoiar o setor de aquisição, licitações e contratos.			Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS		
P-03	Capacitar mais servidores de forma a habilitá-los a elaborar e gerenciar processos de aquisição.			Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS		
Ações de Contingência						
C-01	Entregar produtos com a qualidade reduzida. Adiar a entrega de determinados produtos para o ano seguinte.			Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item

R-03	Licitação deserta ou fracassada	Falha na fase interna do processo licitatório ou grande variação de preços praticados pelo mercado.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atraso na aquisição do material.					
2	Incapacidade de entregar os produtos do SEPLOC com a mesma qualidade, ou até a impossibilidade de se entregar determinados produtos.					
3	Impossibilidade de se entregar determinados produtos.					
Ações Preventivas						
P-01	Estimar de forma adequada os valores dos materiais, de forma que seja economicamente compatível com o mercado.	Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS				
P-02	Manter canal permanente de comunicação com os fornecedores, de modo a informá-los do andamento do processo licitatório.	Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS				
Ações de Contingência						
C-01	Atualizar o preço estimado para que reflita de forma real o valor praticado no mercado.	Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS				
C-02	Propor à CPL a correção do instrumento convocatório e a reabertura do prazo para envio de propostas.	Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Estimativas de quantidades inadequadas de materiais.	Falta de memória de cálculo ou dos levantamento inadequado.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Subdimensionamento ou superdimensionamento da demanda.					
Ações Preventivas						
P-01	Estimar os quantitativos por meio de contratações anteriores e/ou levantamento que indique a real necessidade do quantitativo dos materiais a serem adquiridos.	Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS				
P-02	Planejar os possíveis acréscimos de quantitativos com parcimônia e conforme índices de aumento realistas.	Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS				
Ações de Contingência						
C-01	Reavaliar de forma criteriosa os quantitativos.	Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Seleção de fornecedor sem condições de cumprir o contrato.	Falha do setor de aquisição, licitações e contratos em analisar de forma criteriosa as condições de habilitação e os requisitos mínimos a serem cumpridos pelo licitante no certame.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Abandono do instrumento de contrato por parte da contratada.					
2	Prejuízo na prestação dos serviços à unidade e a terceiros.					
Ações Preventivas						
P-01	Apoiar a CPL na habilitação do fornecedor de forma criteriosa, atentando para as qualificações necessárias no instrumento convocatório.	Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS				
Ações de Contingência						
C-01	Acionar a garantia contratual.	Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS				
C-02	Verificar a possibilidade de rescisão contratual.	Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS				
C-03	Propor a instrução de processo administrativo visando a sanção do fornecedor infrator.	Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Não aprovação de recursos orçamentários pela alta administração do órgão.	Contingenciamento de recursos ou falta de patrocínio da demanda.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Prejuízo na capacidade do laboratório em atender às demandas.					

Ações Preventivas	
P-01	Convencimento da alta administração do órgão quanto à necessidade da contratação. Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS
Ações de Contingência	
C-01	Contratação de serviço de aluguel de equipamentos para resolver demandas urgentes. Postergação de demandas não urgentes. Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	A contratada não entregar os bens adquiridos.	Contratada não cumprir as cláusulas de prazo e condições de entrega.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	1

Impactos	
1	Impossibilidade de cumprir as demandas impostas ao laboratório.
Ações Preventivas	
P-01	Acompanhar os prazos de entrega e manter contato permanente com a contratada. Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS
P-02	Prever sanções administrativas contidas em Termo de Referência. Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS
Ações de Contingência	
C-01	Providenciar a contratação da próxima empresa habilitada ou iniciar novo processo licitatório. Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS
C-02	Verificar a possibilidade de rescisão contratual. Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS
C-03	Propor a instrução de processo administrativo visando apurar a responsabilidade do contratado. Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS
C-04	Contratação de serviço de aluguel de equipamentos para resolver demandas urgentes. Postergação de demandas não urgentes. Responsáveis: SERVIO TULIO JACINTO REIS, FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Os produtos não estarem de acordo com Termo de Referência e com o Contrato.	A contratada entregar produto inadequado.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	1

Impactos	
1	Prejuízos às atividades da Unidade.
Ações Preventivas	
P-01	Acompanhar os prazos de entrega e manter contato permanente com a contratada a fim de mantê-la esclarecida das obrigações técnicas do contrato.
P-02	Previsão de sanções administrativas no Termo de Referência.
P-03	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz.
Ações de Contingência	
C-01	Notificar o fornecedor sobre a insuficiência na entrega do material o orientá-lo sobre a correção do problema.
C-02	Comunicar o gestor do contrato para que, se for o caso, seja aberto processo administrativo visando apurar a responsabilidade do contratado.

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

MARCO ANTONIO GARRIDO DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

Equipe de Planejamento

SERVIO TULIO JACINTO REIS

Membro da comissão de contratação

FRANCISCO HELMER ALMEIDA SANTOS

Membro da comissão de contratação



Processo nº 08201.001127/2024-77

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DA POLÍCIA FEDERAL E A EMPRESA XXXXXXXX.

A União por intermédio da DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DA POLÍCIA FEDERAL, com sede no Setor Policial Sul, Quadra 07, lote 23, na cidade de Brasília – DF, CEP: 70.610-902, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0087-06, neste ato representada pelo Diretor Técnico-Científico, ROBERTO REIS MONTEIRO NETO, nomeado pela Portaria nº 359, de 11 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U nº 8-A, seção 02 - Extra A, página 2 e Portaria nº 17.028 - DG/PF, de 16 de janeiro de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 013, de 18 de janeiro de 2023, portador da Matrícula Funcional 15.708 doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) NOME DA EMPRESA, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX sediado(a) na xxxxxxxxx CEP: xxxxxxxx, em Cidade/UF doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por XXXXX (nome e função na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 08201.001127/2024-77 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº xx/2024 - DITEC/PF mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de equipamentos para implementação do laboratório de histopatologia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Central de inclusão de parafina	436357	unidade	1		
2	Corador automático de lâminas	433561	unidade	1		
3	Estufa de secagem	414628	unidade	1		

4	Impressora para cassetes histológicos	436357	unidade	1		
5	Impressora para lâminas histológicas	422657	unidade	1		
6	Microscópio biológico trinocular	480704	unidade	1		
7	Microscópio biológico binocular	613104	unidade	4		
8	Microscópio biológico binocular - cota 25% ME/EPP	613104	unidade	1		
9	Microtômo rotativo semiautomático	430872	unidade	1		
10	Processador de tecidos a vácuo	475918	unidade	1		
11	Autoclave	478330	unidade	1		
12	Aplicador automático propé	307135	unidade	1		
13	Banqueta giratória em aço inoxidável	74829	unidade	6		
14	Câmara frigorífica	445411	unidade	1		
15	Carro maca transporte cadáver	463247	unidade	2		
16	Destilador de água	414606	unidade	1		
17	Fechadura biométrica	312900	unidade	20		
18	Foco cirúrgico	482060	unidade	3		
19	Leitor de microchip	471993	unidade	2		
20	Máquina para lavar roupa	445415	unidade	1		
21	Mesa auxiliar hospitalar	605526	unidade	3		
22	Mocho com encosto	328069	unidade	10		
23	Sistema ultrapurificador de água	608898	unidade	1		
24	Televisor 75''	439607	unidade	2		
25	Scanner de lâminas histológica	468576	unidade	1		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital de Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (ART. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92 V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/09/2024 (37342016).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente

tão logo seja divulgado o índice definitivo.

- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias, se exigida, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos,

ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

IV - **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(2) compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

(3) compensatória, para a infração descrita na alínea "d" do subitem 12.1, de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

(4) compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "b", "c", "e" a "h" do subitem 12.1, de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade:
- II - Fonte de Recursos:
- III - Programa de Trabalho:
- IV - Elemento de Despesa:
- V - Plano Interno:
- VI - Nota de Empenho:

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Brasília, na data da última assinatura.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico
Representante legal do CONTRATANTE

NOME COMPLETO
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA RAMOS CABRAL, Agente Administrativo(a)**, em 11/11/2024, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38432554&crc=6F542B9A.
Código verificador: **38432554** e Código CRC: **6F542B9A**.